



## **A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: UMA PROPOSTA NEOLIBERAL**

**Lara Cristina Evaristo Rodrigues<sup>1</sup>**

### **INTRODUÇÃO**

Considerando as interferências do capitalismo na sociedade atual, as relações entre o público e o privado redefinem papéis que deveriam ser do Estado, o que causa consequências no campo da educação. Entre elas, a formação continuada de professores. Refletir sobre a formação docente é um processo necessário, pois ela envolve aspectos objetivos e subjetivos que são formados ao longo do tempo, apresentando interferência direta na qualidade do ensino.

Os debates entre a relação público-privado e a educação se intensificaram nos últimos anos, mas historicamente falando, essa relação cresceu desde meados de 1990, quando alterações políticas e econômicas chegaram até o coração da escola pública. Esclarecendo assim a quantidade de instituições privadas que estão dedicadas principalmente, a modificar o campo da formação docente. Sendo assim, objetivo principal deste texto é apresentar como alguns autores tem discutido as razões que motivam a inserção do setor privado no sistema público educacional, e as implicações que estão relacionadas a essa parceria no Brasil de uma forma geral, sabendo que, a mercadorização do sistema público educacional não é uma abstração, pois ela acontece por meio de sujeitos e processos.

### **RESULTADOS E/OU DISCUSSÕES**

A lógica neoliberal passa a concepção de que, para uma sociedade ter

---

<sup>1</sup> Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia/UFU. Uberlândia, MG. E-mail: laraevaristo2@gmail.com.



progresso econômico, o Estado não pode interferir na economia, o chamado “Estado mínimo”. Os neoliberais ferem um dos princípios básicos da democracia: a política do Estado de bem-estar social, isso ocorre porque defendem a privatização de estatais, o fim das políticas sociais, o incentivo a competitividade internacional, entre outras coisas. Sendo assim, sob o ponto de vista neoliberal, a educação é fragmentada, deixando de ser parte do social e político, para funcionar sob a lógica do mercado. Ou seja, os neoliberais condenam a participação direta do Estado no financiamento da educação, mas tendem a aproveitar os subsídios estatais para divulgar seus produtos no “mercado escolar”. De acordo com as políticas neoliberais, o Estado também deve abandonar a ideia de igualdade, pois nesse modelo, a educação é vista como um serviço a ser adquirido e não como um direito.

Após os anos de 1990, com a chegada de propostas neoliberais no Brasil, as transformações políticas e econômicas atingiram as instituições públicas de ensino, colocando os professores na linha de frente das reformas neoliberais propostas pelo governo. A iniciativa privada começou a se inserir no setor público com a proposta de aumentar a qualidade do ensino. Nessa perspectiva, Olinda e Pereira (2019, p.29) afirma que:

Tais ideias ganharam relevância no Governo de Collor de Mello (1990-1992), do Partido da Renovação Nacional (PRN), tendo se realizado plenamente nos Governos de Fernando Henrique Cardoso (1995- 2002), do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), com medidas em vários âmbitos: reforma do Aparelho de Estado, reestruturação produtiva, flexibilização das leis trabalhistas, privatizações, terceirizações, ajuste fiscal, controle de gastos e investimentos públicos, parcerias público-privadas.

Essas considerações permitem evidenciar o que foi apontado por Freitas (2018, p.18), “o neoliberalismo olha para a educação a partir de sua concepção de sociedade baseada em um livre mercado cuja própria lógica produz o avanço social com qualidade. Querem o Estado apenas como provedor de recursos públicos, e não como gestor”. O neoliberalismo concebe a escola e à docência em um livre mercado competitivo, sem direito a estabilidade e sem sindicalização. Ainda de acordo com Freitas (2018, p.38), “as reformas



propostas pelo Neoliberalismo estão sempre em busca de um sistema de educação “ideal” que nunca funciona e está sempre dependente de novas reformas “. Assim, entendemos que a lógica do mercado que antes era limitada na educação passa, agora, a constituir-se em um mercado em ascensão, em nível global, com a introdução de mecanismos mercantis no interior da educação pública e em programas de formação docente.

Mas por quais motivos a inserção da lógica privada na formação continuada de professores têm sido vantajosa? É importante refletir e analisar, o modo como vem ocorrendo a formação continuada nas escolas, tomando como ponto de partida o contexto político-social atual. É preciso entender que o campo da formação é de disputa e de interesses de classes, sendo assim, os aparelhos privados passam a promover a formação docente, formando professores em massa e em seus pontos de vista, ou seja, um professor como imitador de suas propostas, um profissional “gerenciado”. A esse respeito, Fontes (2018, p.15) esclarece que

A multiplicação de entidades e organizações voltadas aparentemente para o mesmo tipo de atividade, como a educação, demonstra a existência de tensões e conflitos competitivos entre elas, mas eles permanecem ocultos sob o interesse capitalista comum de definir as políticas (retirando-as das lutas sociais), de gerir os governos e o Estado.

Essas considerações permitem evidenciar que esses aparelhos privados se tornam modelos para o setor público, e nessa linha de pensamento, retomamos a autora, ao problematizar que inúmeras vezes, “a ‘gestão privada eficaz’ envolve a suposição de que há uma qualidade distinta nos empresários: eles seriam melhores, mais eficientes e mais eficazes por seus resultados” (FONTES, 2018, p. 25), naturalizando a ideia de que a parceria público-privada precisa de fato existir pois, o serviço público educacional sozinho é menos eficiente. Partindo assim do pressuposto neoliberal que coloca o Estado em crise, e não o capitalismo, Peroni (2013, p.32) enfatiza que

A estratégia, para essa concepção, é reformar o Estado ou diminuir sua atuação para superar a crise. O mercado é que deverá superar as falhas do Estado, portanto a lógica do mercado deve prevalecer,



inclusive no Estado, para que ele possa ser mais eficiente e produtivo.

Nesse movimento, a educação está a serviço de políticas liberais, fornecendo a sociedade apenas o mínimo que necessitam para integrar o mercado de trabalho capitalista. Sabemos que, pela falta de atuação da sociedade nos movimentos políticos e democráticos, a privatização do público passa a acontecer em curtos passos, porém naturalizados em nossa cultura. A sociedade precisa entender a importância de sua participação na democracia, pois ela seria fundamental para o resgate da escola pública de gestão pública.

Quase 30 anos após o início dessa parceria, podemos observar as mudanças que as medidas propostas causaram na formação e no trabalho docente, o capital passa a educar o educador e a gerir recursos que são públicos. Por isso Santos (2014, p.56) afirma que "a formação continuada como política e prática formadora se reveste de intencionalidade, ou seja, não há como pensar a formação docente desvinculada das funções estabelecidas para a educação e para os professores". De acordo com os autores mencionados no texto, podemos evidenciar que presença da lógica neoliberal no campo educacional propaga que o modelo mais eficiente de gestão é o do setor privado, e que este, torna o setor público insuficiente.

## **CONSIDERAÇÕES**

Neste texto, apresentei algumas reflexões de autores que tem se dedicado a discutir como o privado redefine papéis que deveriam ser apenas do Estado, e que modificam a democratização da escola e da educação básica pública. O neoliberalismo aborda a escola no âmbito do mercado e das técnicas de gerenciamento, esvaziando, ainda mais, o conteúdo político da cidadania, vendo alunos e pais como consumidores.

A tentativa de compreender as relações entre o setor privado mercantil e o setor público na formação docente, me levou a observar aspectos que contribuem para a efetivação dessa relação. Na formação continuada de



professores, o setor interfere como formador, no intuito de capturar lideranças e moldá-las, ou seja, com o objetivo de apagar a militância docente.

As questões levantadas até aqui, mostram que essa relação entre os setores público e privado, seja a partir de parcerias ou por outras formas de gestão, acontecem “mediante a instalação de uma série de ferramentas de mercado no próprio funcionamento da política pública e da escola” (CAETANO, 2018, p. 13).

Assim, a proposta neoliberal coloca o campo educacional em um livre mercado, alimentando uma falsa ideia de que o setor privado é sinônimo de qualidade. Nela, a formação de professores torna-se utilitarista, e o seu papel passa a ser ressignificado. Na disputa por um projeto de formação de professores, há de se analisar as lutas de pessoas que acreditam que a educação é a base para mudar esse quadro social que se apresenta hoje, assim como perceber as tentativas de mudanças que já aconteceram que, se por um lado tem como consequência a continuidade da relação de poder, por outro vem conduzindo as ações do sujeito na sociedade em que ele está inserido.

## REFERÊNCIAS

CAETANO, M. R. **Lógica privada na educação pública, redes globais e a formação de professores.** Charqueadas, RS: IFSUL, 2018.

EVANGELISTA, Olinda; PEREIRA, Jennifer N. **Quando o capital educa o educador:** BNCC, Nova Escola e Lemann. Movimento Revista de Educação, Niterói, RJ: p. 65-90, 2019.

FONTES, Virgínia. **Sociedade civil empresarial e a educação pública – qual democracia?** XXII Encontro Estadual do Sindicato dos Supervisores de Ensino do Magistério Oficial do Estado de São Paulo. 2018.

FREITAS, Luis Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias.** São Paulo: Expressão Popular, 2018. 160 p.

PERONI, Vera Maria Vidal (Org.). **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado:** implicações para a democratização da educação. Brasília: Liber Livro, 2013.

SANTOS, E. O. **Políticas e Práticas de Formação Continuada de**



**Professores da Educação Básica.** Jundiaí: Paco Editorial, 2014.